

Theatro da Trindade

LISBOA

THEATRO DA TRINDADE

Ha pouco mais de vinte annos, indo quasi em meio este seculo de tão grande desenvolvimento na civilização, ainda Lisboa apresentava um dos mais publicos testemunhos do seu atrazo e do do reino na falta de um theatro nacional, não diremos somente digno da séde da monarchia, digno de uma cidade outr'ora o grande emporio commercial da Europa, e a cabeça de um dos mais vastos imperios que tem existido; mas nem sequer para uma cidade secundaria e sertaneja.

Tomo x 1867

Quem hoje entra n'esse theatro da Rua dos Condes, mal construido, para divertimento particular de alguns curiosos, entre as ruinas de um palacio que o terremoto de 1755 derrpçou; quem n'elle entra ao presente ha de admirar-se, certamente, ao recordar-se de que foi em nossos dias, em uma epocha ainda tão proxima, o primeiro theatro nacional de Lisboa!

Graças, porém, aos progressos que temos feito; graças á transformação civilisadora que a influencia da liberdade vae operando gradualmente no espirito do publico, na legislação patria, em os nossos usos e costumes, em fim, em todas as condições sociaes d'esta nação, Portugal vae remindo o tempo perdido, e ad-

37

quirindo de dia para dia novos titulos a ser contado no gremio dos paizes civilizados.

A esse impulso que, embora se antolhe fraco aos nossos desejos, e relativamente ao espaço que é mister despor para nos collocarmos a par das nações mais cultas, tem sido sem dúbida vigoroso em relação ao que temos avançado em tão poucos annos: a esse impulso, pois, deve Lisboa não ter hoje de que se envergonhar na presença dos estrangeiros que queiram visitar os seus theatros nacionaes.

Ao theatro de D. Maria II, que, apesar de quaesquer defeitos, se lhe não pôde recusar o titulo de monumento grandioso; e ao do Gymnasio, de construcção regular, e em que a singeleza não repelliu a elegancia, veio agora juntar-se uma nova sala de espectáculo, edificio vasto, de aspecto nobre e agradável nas suas fachadas, esplendidamente decorado no interior, com todas as condições hygienicas de agasalho e ventilação, contendo variadas commodidades para o publico e salões para diversos divertimentos.

Tal é o novo *theatro da Trindade*, cuja inauguração se realisou em a noite de sabbado, 30 de novembro de 1867.

Não assistimos a esta festa por nos acharmos, ha algum tempo, ausentes de Lisboa. Não fallaremos, portanto, d'ella, mas sim do edificio; e como não temos á mão varios apontamentos que nos forneceriam algumas noticias historicas, que reputámos essenciaes, quando se trata da inauguração de um edificio publico, promettemos preencher essa lacuna, e fazer um rapido esboço do terreno antes da construcção da muralha del-rei D. Fernando I, que por alli corria, e ao tempo do terremoto de 1755. Mas só cumprimos esta promessa, quando publicarmos n'este jornal o capitulo do nosso *Roteiro de Lisboa* sobre theatros, no qual lançámos quantas noticias temos podido colher acerca da origem e progressos do theatro portuguez, e em particular relativamente a cada um dos theatros que existiram, e dos que existem ao presente n'esta cidade.

Deve-se ao sr. Francisco Palha de Faria Lacerda o pensamento inicial da fundação do theatro da Trindade: a sua realisação a uma sociedade de accionistas; o risco e direcção da obra ao habilissimo architecto o sr. Miguel Evaristo; a rapidez com que foi executada, e a firmeza e perseverança com que foram vencidas muitas e não pequenas difficuldades devem-se aos esforços simultaneos das pessoas nomeadas, e do sr. Narcizo de Freitas Guimarães, thesoureiro da sociedade edificadora.

O theatro da Trindade foi levantado em um terreno entre o largo, que lhe deu o nome, e as ruas Nova da Trindade e Larga de S. Roque, onde existiam varios casebres, pateos e as ruinas de um palacio que o terremoto de 1755 lançou por terra, e que o fogo, que se seguiu áquelle cataclismo, totalmente destruiu. Ao largo e á rua da Trindade veio o nome do convento d'essa mesma invocação, pertencente aos frades trinos, que ali se erguia, e que, depois da extincção das ordens religiosas, foi vendido, e transformado em propriedades de casas particulares.

Tem o theatro tres grandes fachadas: a principal deita para o largo da Trindade, e está voltada para o norte; as outras correm pelas ruas acima nomeadas, olhando para oeste a da rua Larga de S. Roque, e para leste a da rua Nova da Trindade. A gravura que offerecemos aos nossos assignantes, copiada de uma photographia, dispensa-nos por agora da descripção do exterior do edificio. Diremos d'elle unicamente, que, segundo ouvimos, os bustos, que adornam a frontaria principal, representam: Gil Vicente, Ferreira, Damião de Goes e Sá de Miranda.

Na frente principal fica a entrada para o soberano e sua familia; na da rua Nova da Trindade abrem

os portaes que dão ingresso ao publico para o theatro, para o salão dos concertos e bailes, e para os botequins; na da rua Larga de S. Roque estão as portas de serventia para o palco, camarins dos actores, subterraneos, etc.

O salão de entrada tem 9^m de comprimento e 7 de largura. Na parede do lado direito abrem-se as portas que dão para as platéas e que conduzem aos camarotes, tendo estes outra entrada especial. Na parede do lado esquerdo estão as portas que communicam com o botequim, grande salão de 15^m de comprimento e 11 de largura. Na do fundo vêem-se os portaes que dão entrada para duas salas de bilhar e para varios gabinetes em que estão dispostas mesas para uma familia poder tomar qualquer refeição particularmente.

É dividida a platéa em tres partes. A 1.^a, mais chegada ao palco, compõe-se de 76 cadeiras de braços, feitas de mogno: 500 réis é o seu preço para cada noite de espectáculo. A 2.^a, consta de bancos de mogno com costas, e assentos de palhinha, em que ha 176 logares ao preço de 400 réis: esta é a chamada *superior*. A 3.^a, que é a *geral*, tem 200 logares, em bancos da mesma madeira, e sendo o preço 200 réis.

Tem a sala do espectáculo frisas, uma galeria ou balcão por baixo da ordem nobre com 80 cadeiras eguaes ás que estão na platéa, e cujo preço é de 600 réis; 22 camarotes na ordem nobre, além de 2 da familia real, aos quaes corresponde interiormente uma sala, quarto de toucador, camarim, e côpa; 24 camarotes na 2.^a ordem; 14 camarotes na 3.^a ordem, 7 de cada lado de uma galeria denominada o *paraíso*, com logar para 200 espectadores, que pagarão 100 réis cada um.

Os camarotes são espaçosos, estão forrados de papel carmezim, e, em vez de frontal, tem grades convexas de bonito desenho, envernizadas de branco, com ornatos doirados. O seu preço varia não sómente em relação á ordem em que se acham, mas tambem relativamente á sua collocação na frente, ou nos lados do theatro.

Ao salão da entrada corresponde no andar nobre, e no da 2.^a ordem, salões eguaes áquelle nas dimensões.

A pintura do tecto foi feita pelo sr. José Procopio, discipulo dos srs. Rambois e Cinnati. Entre mui variadas e ricas decorações avultam n'elle doze medallhões com os retratos de Gil Vicente, Sá de Miranda, Antonio Ferreira, Garção, Manuel de Figueiredo, Camões, Antonio José, H. de Mattos, Feijó, João Baptista Ferreira, Bocage e Garrett.

O lustre que pende do tecto é rico e mui bonito. Foi feito em Paris.

As escadas que conduzem para as differentes ordens, bem como os corredores que dão serventia para os camarotes e galerias, são largos, de forma elegante, e dispostos de maneira que facilitam a saída dos espectadores por maior que seja a concorrência. A esta excellente condição junta-se outra muito necessaria em todos os edificios construidos para grandes reuniões publicas, qual é a de ser muito bem arejado em todas as suas partes interiores. O systema de ventilação applicado a este theatro pelo distincto architecto o sr. Miguel Evaristo satisfaz todas as exigencias da hygiene e da commodidade publica. Por meio d'esse systema renova-se o ar a todo o momento e conserva-se uma temperatura agradável em todo o interior do edificio, qualquer que seja a aglomeração de povo dentro d'elle. É não só o primeiro theatro do paiz que desfruta tão grande vantagem, mas tambem a primeira vez que tal systema se emprega em Portugal.

Não foi esta a unica innovação introduzida n'este edificio pelo intelligente architecto. Mais tres praticas, já usadas em França e outros paizes, mas inteiramente

novas para nós, se vêem no theatro da Trindade. Consiste a primeira em ter duas frisas com rotulas doiradas, que, deixando observar tudo de dentro para fóra, occultam as pessoas que n'ellas estiverem, o que proporciona poderem gozar do espectáculo as familias que, em razão de lucto ou de outras conveniencias sociaes, se julguem interdictas de assistirem a divertimentos publicos. A segunda pratica diz respeito á rapida transformação da platéa em salão de baile, nas noites de carnaval. Esta operação, morosa e dispendiosa conforme o systema até aqui usado, executar-se-ha no theatro da Trindade em breve espaço de tempo e com muita economia, pois que, sendo moveção o pavimento das platéas, apenas d'elle se tirem ou ponham em outra ordem as cadeiras e bancos que o obstruem, basta a força de dois homens para o levar ao nivel do palco, constituindo então com este um vastissimo salão. A terceira pratica nova é a que affeçoou o panno de boca do theatro aos usos da publicidade, até agora privativos dos jornaes e das esquinas dos predios. Convertido em verdadeiro jornal de annuncios, sem que prejudique completamente a sua belleza, offerece aos industriaes um meio de publicidade muito effcaz, e aos espectadores uma diversão nos intervallos, que a muitos pôde ser proveitosa.

O proscenio ou boca do theatro conta na sua largura 11^m,20, e o palco 20^m de comprimento e 22 de largura. O arco do proscenio é todo branco e guarnecido de ornamentos doirados. O fundo do palco deita para a rua Larga de S. Roque, onde tem 12 janellas, que o fazem de dia muito claro e alegre. É tambem moveção o pavimento do palco, podendo subir ou baixar com grande facilidade, e, além d'essa vantagem, muito importante para o bom effeito de certo genero de scenas, é formado de alçapões para facilitar as transformações e apparições nas peças phantasticas. Para este fim ha por baixo do palco uma grande casa de 7^m de altura, onde podem trabalhar desaffrontadamente os maiores e mais complicados machinismos.

É tambem debaixo do palco onde estão os camarins dos actores e das actrizes, com janellas. Este pavimento, que é subterraneo para o lado da rua Nova da Trindade, tem janellas de primeiro andar, em razão do declive do terreno, para a rua Larga de S. Roque. Nos subterraneos, com portas para esta rua, estão diversas officinas, casas de arrecadação, etc.

O grande salão dos concertos e bailes occupa uma boa parte da frontaria do edificio, que se estende pela rua Nova da Trindade, para a qual deitam as suas 8 janellas. Tem 15^m de comprimento, 14 de largura, e toda a altura do pavimento nobre, em que está situado, e do segundo andar. Corre em volta d'elle por tres lados uma espacosa galeria com duas ordens de cadeiras, sustentada por esveltas columnas, e guarnecida com uma linda gradaria, de forma convexa, branca e doirada. No lado da fachada abrem-se n'ella as janellas correspondentes ao segundo andar; e em uma das suas extremidades está o camarote da familia real. No fundo do salão ha um amphitheatro para os concertos e para orchestra durante os bailes de mascarar. As paredes da sala, por baixo da galeria, estão vestidas de espelhos com molduras doiradas. Do tecto, que é magnifico em obra de estuque e doiradura, pendem tres lustres, grandes e de gracioso feitiço. E da galeria, entre as columnas que a sustentam, estão pendentes em torno da sala uns dez lustres pequenos. Com diversas placas, tambem dispostas em volta da sala, completa-se a illuminação d'ella, que é na verdade esplendida, do mesmo modo que a de todas as salas, corredores e escadas do edificio.

No ultimo pavimento, que fica sobre a sala do espectáculo, acham-se a guarda-roupa do theatro, a casa de pintura, quatro tanques de ferro para deposito de agua, a fim de offerecerem prompto socorro no caso

de incendio; e os grandes tubos de ventilação e exhalção do calorico. Este pavimento communica-se com o palco por uma escada. Ha tambem no edificio varios registos, pertencentes ao encanamento das aguas da cidade, a que chamam *bocas de acudir aos incendios*. A parte do edificio que olha para a rua Nova da Trindade, concluiu-se no principio d'este anno, e foi inaugurada com os bailes de mascarar por occasião do carnaval. Desde essa epocha tem-se dado varios concertos no grande salão.

Consta-nos que o custo do edificio, por effeito de uma severa economia e zelosa vigilancia na direcção e fiscalisação das obras, não excedeu a 80:000\$000.

I. DE VILHENA BARBOSA.

D. JOÃO DE CASTRO

(Vid. pag. 267)

IV

Entre todas as grandes façanhas obradas pelos portuguezes na India, nenhuma ha que tanto nos captive a imaginação como esta grande empresa de que foi sustentador D. João de Mascarenhas, e a que D. João de Castro deu glorioso remate. Concorre talvez para a revestir d'esse encanto dramatico o estilo colorido e pittoresco do seu fecundo chronista, Jacinto Freire de Andrade, estilo bastantes vezes recamado das falsas joias do gongorismo contemporaneo, mas tambem bastantes vezes illuminado pelos clarões da artilheria, aliloquo e sonoro, emphatico e declamatorio; mas a emphase e a declamação, insupportaveis no discurso familiar, não deixam de ser bem cabidas n'estas chronicas de feitos quasi fabulosos; dão-lhes como que uma côr oriental, fazem lembrar o poeta arabe, tambem sentencioso e turgido, a contar á noite, no meio da amplidão dos çrmos, á caravana agrupada em silencio, as façanhas de Antar, o aventureiro filho do deserto; essas paginas em que o pacifico abade de Santa-Maria procura afinar a sua prosa pelos versos de Luciano, tomam o epico sopro que as anima, não dos prodigios da arte, mas da grandeza do assumpto; a rhetorica involuntariamente encontra os masculos accents da eloquencia guerreira, e Jacinto Freire, á força de se guindar, attinge a pompa ingenua dos narradores asiaticos a relatarem, sentados nos troncados fustes de Palmyra, as façanhas maravilhosas de Bonaparte, o sultão do fogo, como elles lhe chamam, cuja passagem rapida tão profundos vestigios deixou na imaginação d'esses povos, facilima de se inflammam.

Lendo nas paginas tão animadas da *Vida de D. João de Castro* a historia do assedio, parece que estamos folheando um romance de cavallaria, assistindo á representação de um drama abundante de effeitos scenicos, percorrendo uma galeria de quadros militares, onde a belleza marcial dos retratos alterna com o vivo colorido dos tempestuosos panoramas das pelejas. Desde que se abre o cerco até que se fecha triumphalmente com a victoriosa sortida dirigida por D. João de Castro, o interesse não afrouxa um momento, e os episodios succedem-se com inercivel variedade na trama que parecia dever ser monotona dos assaltos incessantes e sempre repellidos, das minas sempre fataes e sempre incapazes, apesar dos estragos que semeiam, de abaterem a coragem indomavel dos defensores da forteleza. O philosopho esquece as barbaridades, as injustiças, a corrupção dos portuguezes n'essa epocha já de decadencia, para contemplar admirado esse como que entre-acto de abnegação e de heroísmo, em que se escuta apenas a voz da honra militar, em que só se cubiça o posto de mais perigo, em que só se disputa sobre quem ha de primeiro ir arriscar a vida. E que magnificos typos alli se agrupam! D. João de Mascarenhas, o capitão prudente e intrepido, providenciando

a tudo, tudo vigiando! D. Fernando de Castro, o môço de dezenove annos, morrendo victima de exaggerado pundonor, porque um louco temerario appellida de covarde quem desamparar o baluarte, que, instantes depois, ha de voar pelos ares com o rebentar das minas do inimigo! E o vigario José Coelho, que se afoita, quasi só, a ir n'uma caravela avisar o governador da India dos perigos da fortaleza! E Diogo de Anaya, o valente folgazão e descuidoso, que, depois de uma sortida feliz, volta sósinho ao campo, para ir buscar o capacete que lhe caiu, na presença de todo o exercito inimigo, fazendo assim realidade o que depois os leitores de romance haviam de acolher como inverossimilhança, quando Alexandre Dumas attribuisse fancha similhante ao Athos dos *Mosqueteiros*! E a vella de Diu, a denodada Isabel Fernandes! E D. Alvaro de Castro, o severo matenedor da disciplina! A todos, em fim, os heroes cujas bellas physionomias Jacinto Freire encheu de luz ao dar-lhes um logar no seu vivido quadro.

A chronica do segundo cerco de Diu é, repetimol-o, um verdadeiro romance, cujas peripecias seguimos, ainda hoje, com anciedade febril. Vemos a fortaleza, a pobre e desmantelada fortaleza, com os seus baluartes vacillantes e as suas mal reparadas cortinas, que, em vez de serem amparo aos defensores, parece que nos seus peitos heroicos unicamente se esteiam. É o inverno a cerrar o horizonte! e os mares, verdes e tempestuosos, a tolherem toda a esperança de socorro! e as sentinellas a contemplarem dos eirados as vagas rugidoras, em cuja livida amplidão nem uma vela branqueja! Depois lá apparece, luctando com as ondas, ora submergida, ora topetando as estrellas, uma caravela aventureira. Alviçaras! É D. Alvaro que chega! Não! esse correio traz a noticia de uma nova arribada da esquadra! A nebrina invernal tolda constante o ceo, a monção é adversa, e os vendavaes ás soltas fizeram alliança com o inimigo! Que importa! São mais alguns dias de provações. Festeja-se, entretanto, a chegada dos novos companheiros de perigos, d'esses cavalheirescos navegantes que tudo arrostaram para se virem agrupar em torno do roto pendão das quinas, que tremula ovante sempre na hastea escalavrada sobre os semi-derrocados baluartes.

Depois os assaltos continuados a repellir de dia, e os estragos a reparar de noite. Uma vez os inimigos, sem serem presentidos, escalam uma porção da cortina, cujos defensores combatem em postos de mais perigo. É entrada a fortaleza; uma mulher corre ofegante a avisar o governador. Este, sem espalhar a noticia e conservando inalteravel sangue frio, chama n'este baluarte um soldado, outro soldado além, fôrma assim uma pequena escolta sem desguarnecer muito as muralhas, investe os inimigos já fortificados na egreja, desaloja-os, precipita-os, e a fortaleza é salva sem que a maior parte da guarnição tivesse conhecimento do perigo.

Depois é a mina dos inimigos que faz voar pelos ares o baluarte que D. Fernando de Castro defendia. Apenas expira o estrondo da explosão, arrojam-se os de Cambaya á cratera fumegante, já cantando victoria, e encontrando nas ruinas do baluarte, que fôra debil anteparo, optimo auxilio para a investidura. Mas em vez do muro tão facilmente esboroadado, encontram mais solida muralha de peitos portuguezes. Eram talvez quinhentos os assaltantes, cinco apenas os defensores. Tantos bastam para suster o impeto, mais com o prestigio da audacia do que com a efficacia da defesa. Um contra cem! Os portuguezes de 1546 tinham jurado não deixar ficar por mentirosos nem os mais audazes inventores de patranhas de cavallaria.

Alli, n'aquelle cerco portentoso, até a desobediencia é admiravel, até a indisciplina é heroica. O numero dos soldados quasi que chega apenas para re-

vezarem de noite as atalayas diurnas, e querem ir afrontar o poder immenso de Cambaya em raza planura, constringem D. João de Mascarenhas a commandal-os, D. Alvaro de Castro a seguil-os. Combatem como leões, como leões retiram a encerrar-se de novo nas ensanguentadas ruinas da fortaleza. Lição que apenas serve para lhes moderar os impetos, não para lhes afrouxar a constancia.

N'essa hora sublime do nosso dominio oriental, n'esse momento em que o nosso imperio indiano, que já resvalava no pendor da decadencia, pareceu tomar novas raizes, e em que os nossos soldados ampararam no gume das espadas as ruinas insipientes, como os defensores de Diu amparavam com os peitos as abaladas muralhas, o heroismo d'esse punhado de bravos foi, para assim dizermos, contagioso, a sua abnegação inspirou abnegação igual aos soldados mercadores espalhados pelas feitorias do Malabar, o seu pundonor cavalheiresco despertou cavalheirescos brios no animo d'esses heroes, que já consideravam o aço das espadas apenas como a barata mercadoria que lhes grangeou em commercio de piratas o ouro e os diamantes cubiçados. Estas grandes crises tem isso de bom; levantam subitamente o nivel dos espiritos, retemperam os braços enervados, acordam com o sentimento do perigo a pundonorosa indole do guerreiro.

Presenciámos então em toda a India feitos dignos dos bons tempos do mestre de Aviz. Aqui é a caravela desarvorada que affronta mares e tempos para levar a Diu tres espadas robustas, é Miguel de Arnide que se lança a nado para não ser esquecido em terra; além são dois fidalgos que, travando-se de razões entre si, fazem reverter a sua rivalidade em beneficio da patria, desafiando-se a quem ha de entrar no mais basto das fileiras inimigas; nas altas regiões da governança são as disputas que mudam de feição, luctando entre si D. João de Mascarenhas e D. Alvaro de Castro não a quem ha de mandar, mas a quem ha de obedecer. Entre os moradores pacificos são as damas a offerecerem as joias e os filhos, os mercadores a fazenda, os operarios os braços. E presidindo a toda esta heroica resurreição dos velhos brios portuguezes essa figura um pouco theatral, mas nobre, austera e elevada do pundonoroso D. João de Castro.

O segundo cerco de Diu demonstrou aos regulos asiaticos o quanto era perigoso acordar o leão que dormia; provou-lhes que á força aberta não conseguiriam arrancar a India o poder portuguez. Havia o sultão de Cambaya reunido todos os seus recursos e os recursos dos seus alliados; pozera á frente dos seus exercitos, não algum negro ignorante, mas um renegado albanez perito na arte da guerra, conhecedor do modo de combater das milicias européas, sabedor da engenharia de então, e capaz de investir a fortaleza, como o demonstrou, com todos os engenhos da arte dos assediões; muniu-se da artilheria colossal que então se julgava superior a todas, e que infundia terror se não produzia estrago, artilheria de que ainda hoje conservámos um glorioso trophéo: tomou por auxiliares algumas d'essas phalanges de janizaros que se tinham havia pouco assenhoreado do Egypto, e que, guiadas á victoria pelo grande Solimão, haviam infligido, nos campos de Mohacz, á Hungria, esse baluarte oriental da Europa christã, um formidavel desastre, que fizera estremeecer Vienna e empallidecer Carlos v, sendo tambem causa da morte de seu cunhado, o rei hungaro Luiz II, que ficou estendido n'essas campinas fataes; empregára, em fim, o nosso adversario todos os meios de seduzir a victoria, e esses immensos preparativos tinham vindo naufragar miseravelmente diante de duas muralhas rotas e de um punhado de portuguezes. Foi immenso o alcance do nosso triumpho e estabeleceu o nosso prestigio em bases inabalaveis, e os regulos indianos não ousaram mais sub-

levar-se seriamente senão quando os pendões hollandezes e inglezes, assomando no horisonte, lhe sorriram promessas de liberdade e de emancipação, cujo primeiro jubilo os índios amarguraram, curvando a cabeça a um jugo mil vezes mais pesado que o nosso.

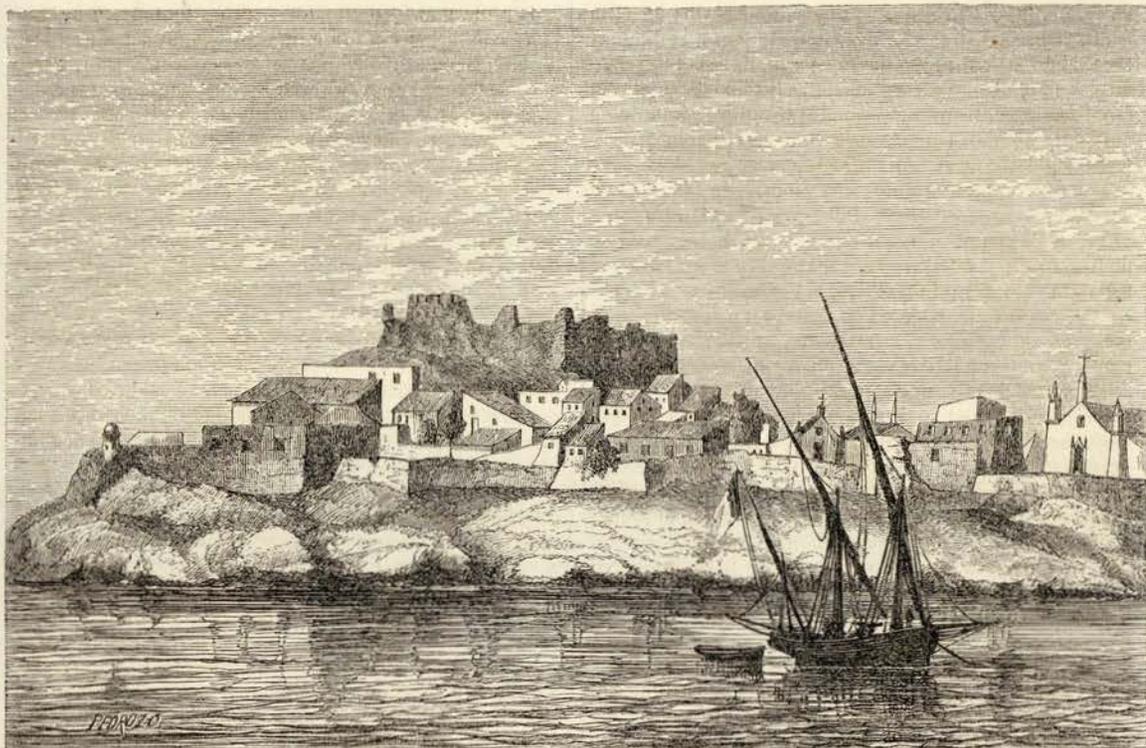
Se ha feito digno de ser cantado pela musa épica dos tempos modernos, é de certo o que Jacinto Freire nos transmittiu narrado em tão brilhantes paginas que ainda hoje conservam esplendor, depois de lhes arrancarmos as lentejoilas que aqui e além a illuminam com falsa luz. A moderna epopéa, que já não pôde ser a epopéa regrada e combinada com o maravilhoso dos templos classicos, mas sim apenas um agrupamento de quadros bellicos e de aventureiros episodios, uma galeria de estatuas immortaes, e a que deve presidir como unidade apenas o interesse historico, a

epopéa moderna de que me parece existir um modelo optimo no poema de Barthélemy e Méry, que se intitula *Napoléon en Egypte*, devia tomar para assumpto esse episodio sublime das nossas guerras indianas, devia despertar a memoria brilhante d'essas homericas façanhas, devia assegurar a immortalidade da poesia a esses obscuros heroes de quem Jacinto Freire diz na sua linguagem, apesar de todos os defeitos, grave e conceituosa:

«Foram enterrados juntos pela estreiteza do logar e do tempo, faltando funebres honras e piedosas lagrimas a tão honradas cinzas; porém dormem com saudade maior da patria em humilde jazigo, que aquelles que em urnas de alabastro deixaram de uma vida sem nome ociosa memoria.»

(Continúa)

M. PINHEIRO CHAGAS.



Villa de Castro Marim

VILLA DE CASTRO MARIM

Está situada a *mui antiga e notavel villa de Castro Marim* na extremidade do reino do Algarve, para o lado de léste, sobre o rio Guadiana, distante da sua foz obra de 4 kilometros, de Villa Real de Santo Antonio pouco mais de 2, e de Tavira 20. Defronte, na margem esquerda do rio, está edificada a cidade hespanhola de Ayamonte.

Ergue-se Castro Marim sobre uma pequena collina, de modo que a descida para o rio é mais ou menos íngreme. Na parte mais elevada campeia o castello, que encerrava outr'ora a villa antiga. No declive da collina, e aos pés da fortaleza, estende-se a casaria da villa actual, cingida de muros pouco altos.

Não se sabe coisa alguma ácerca da origem d'esta povoação. Attenta a sua posição na foz do Guadiana, é possível que deva o seu principio aos phenicios ou romanos, pois que estes povos, como é sabido, demandaram muito a barra d'este rio, navegando por elle em procura de minerio. Se não bastasse o testemunho de varios escriptores da antiguidade, era prova irrefragavel a mina de cobre de S. Domingos, tão cele-

brada pela abundancia do metal, explorada por aquelles industriosos aventureiros ainda antes do dominio de Roma na Lusitania, a qual vemos ao presente em activissima laboração. Entretanto, isto que dizemos não passa de uma supposição, destituida de quaesquer memorias ou tradições que lhe podessem servir de fundamento. Póde tambem conjecturar-se, com alguma probabilidade, que fossem os sarracenos os seus fundadores. O que é fóra de dúvida é que existia no tempo em que os moiros eram senhores do Algarve; pois que el-rei D. Affonso III, que acabou de conquistar este reino aos infieis, mandou povoar Castro Marim aos 8 de julho de 1277.

Se a povoação ficára destruida pelos effeitos da guerra, a ordem régia fallaria tambem da sua reedificação, como succedeu em muitos outros casos. Assim, devemos entender que não padeceram os seus edificios, mas que ficou abandonada, retirando-se para Africa os seus moradores.

Querendo, por consequente, povoal-a de novo el-rei D. Affonso III, deu-lhe n'aquella data foral de villa com grandes privilegios e isenções, que era o meio então usado para attrahir moradores a qualquer terra.

Não produziu este incentivo os resultados que o soberano esperava, por quanto vemos que, tendo subido ao throno seu filho, el-rei D. Diniz, julgou este necessario accrescentar-lhe ao foral novos e maiores privilegios por carta do 1.º de maio de 1382.

Devemos crer que, a final, com a concessão de tantos favores, a povoação augmentaria e prosperaria, pois que obteve a prerogativa de ter voto em cortes, o que só era concedido, além das cidades, ás villas mais importantes. Enviava, por conseguinte, Castro Marim os seus procuradores a todas as reuniões dos tres estados do reino, onde tinham assento no banco treze.

Em 1319 o mesmo soberano fez doação da villa e castello á ordem de Christo, para ali ter a sua séde, como dissemos em outro lugar. Porém, o estabelecimento d'esta ordem foi-lhe fatal, porque, dando causa aos dois círcos postos pelos castelhanos, de que resultaram tantos prejuizos para os moradores da villa, e ainda mais dos arrabaldes, não chegou a compensar taes damnos, em razão da sua permanencia em Castro Marim não ser tão demorada, que lhe deixasse desfructar amplamente os beneficios que uma ordem de cavallaria, poderosa como esta era, costumava fazer ás terras que lhe serviam de séde.

Depois da mudança dos cavalleiros de Christo para Thomar, reinando el-rei D. Fernando, continuou a villa de Castro Marim no senhorio da ordem até que, por contrato de troca, tornou para a coroa. Depois foi nomeado alcaide-mór do seu castello o conde de Soure, cujos descendentes desfructaram esta dignidade até que se extinguiu esta casa por morte do ultimo conde, fallecido em tempos modernos.

El-rei D. João I, querendo promover o augmento da população de Castro Marim, para que melhor podesse defender aquella parte da fronteira e da visinha costa do Oceano, permittiu que n'esta villa podessem assentar domicilio quarenta homiziados, sem que a justiça os perseguisse, com condição de que não fossem criminosos de traição ou aleive. Foi feita esta mercê por carta de 10 de abril de 1421. El-rei D. João II e el-rei D. Manuel confirmaram este privilegio, porém estenderam aquella excepção aos moedeiros falsos, aos sodomitas e aos herejes.

Em abril de 1453 foi honrada esta villa com a visita del-rei D. Affonso V, que ali assignou um regimento relativo aos direitos que haviam de pagar as *enchavegas*, que fossem pescar nos mares a que chamavam costas de Castro Marim.

Tem Castro Marim uma triste celebridade na historia de Portugal. Os governadores, a quem o cardeal-rei D. Henrique, á hora da sua morte, entregou os destinos da monarchia, confiando-lhes, juntamente com o governo do reino, a missão de decidirem a quem pertencia a successão do throno, depois de assignarem na cidade de Ayamonte a sentença que declarava rei de Portugal Filippe II de Castella, passaram a Castro Marim, e ali publicaram este ominoso documento no dia 7 de julho de 1580.

No reinado de D. João IV, durante a lucta com a Hespanha, foram reparadas as obras de fortificação d'esta villa, accrescentando-se-lhes alguns fortes, que se guarneceram de artilheria. Desde então ficou com mais algum juz a ser considerada praça de guerra.

O Algarve não padeceu damnos somente com as invasões de castelhanos, tambem foi victima dos francezes, dos inglezes e dos corsarios das regencias barbarescas, que, desembarcando gente armada em alguns pontos da costa, saquearam e assolaram por vezes as povoações que lhes ficavam mais á mão. Todavia, não sendo Castro Marim, assim no presente como no passado, das terras mais ricas d'aquella costa, por essa razão não padeceu tanto como outras.

Castro Marim tem continuado a passar, desde o

meiado do seculo XVII até aos nossos dias, por varias alternativas de fortuna e desgraça. Nos fins d'aquelle seculo e principios do seguinte as pescarias fizeram-n'a prospera, mas logo depois voltaram-lhe os dias de decadencia. Succedendo, porém, o terremoto de 1.º de novembro de 1755 padeceu terriveis estragos, com morte de muitos habitantes.

Começava a restabelecer-se d'esta perda, quando el-rei D. José I mandou edificar junto á foz do Guadiana uma villa, que primeiramente se chamou de *Santo Antonio de Arnilha*, nome que depois foi mudado no de *Villa Real de Santo Antonio*. Esta fundação, effectuada em 1774 com grandes despesas do real erario e dos particulares que ali construíram casas, foi causa de ruina para Castro Marim. A alfandega d'esta villa passou para aquella, e em grande parte tambem o seu commercio marítimo e a sua industria das pescarias.

Porém, não obstante todos estes damnos, graças ás boas condições da sua situação, tornou a medrar pelo desenvolvimento das pescarias; de sorte que, tendo em 1756 perto de 1,900 habitantes, viu elevar-se esta cifra a 3,317, que tantos continha em 1778. Não foi de longa duração este estado prospero, pois que em 1802 estava reduzida a sua população a 2,939 almas, e a 1,892 no anno de 1835, resultado em grande parte dos estragos causados pelo cholera em 1833.

Desde então começou novamente a sorrir-lhe a fortuna. Apesar de não colher as vantagens que lhe offerece a sua posição proxima da foz de um rio navegavel, como o Guadiana; junto ao Oceano; perto da entrada do Mediterraneo e visinha de uma das mais ricas provincias de Hespanha, a Andaluzia; apesar de não ter recuperado a antiga prosperidade das suas pescarias, é innegavel que tem melhorado n'estes ultimos annos. Segundo o censo de 1864 conta actualmente 856 fogos e 3,604 almas.

Desfructa esta villa uma honraria ignorada, certamente, da maior parte das pessoas. Consiste em se achar representada no brazão das armas de Portugal. Os sete castellos que decoram o escudo das armas reaes em volta das quinas de D. Affonso Henriques, representam as fortalezas de *Estombar*, *Paderne*, *Aljezur*, *Albufeira*, *Cacella*, *Sagres* e *Castro Marim*, todas no reino do Algarve. Até ao reinado de D. Affonso III o escudo das armas reaes constava apenas das cinco quinas. Este soberano é que lhe accrescentou, depois da conquista do Algarve, a orla dos castellos, que ao principio foram em maior numero, e que mais tarde se reduziram a sete.

(Continúa)

I. DE VILHENA BARBOSA.

UMA PASSAGEM DO «DON JUAN» DE LORD BYRON

Na noite de 8 de dezembro de 1820 foi a cidade de Ravenna o theatro de um grande attentado, qual o do assassinio do commandante da guarnição da mesma cidade, perpetrado a cem passos de distancia da casa onde então morava lord Byron.

O illustre poeta inglez ouviu uma forte detonação, precisamente á hora em que acabava de preparar-se para sair de casa. Correndo á janella, encontrou alli reunidos já os seus criados, que diziam voz em grita: «Mataram um homem!»; desceu precipitadamente para a rua, e foi dar com o infeliz assassinado, estendido no chão. Os soldados quizeram impedir lord Byron de se aproximar; mas o animoso estrangeiro arrostou com elles, e logrou avisinhar-se do ferido.

Era uma scena de extraordinaria confusão: uns gritavam, outros blasphemavam, outros rezavam; mas ninguem prestava soccorro ao ferido, ninguem se deliberava a tomar alguma resolução. N'este lance foi

admiravel lord Byron. Ordenou a um dos seus criados, e a dois homens do povo, que pegassem no ferido e o levassem para casa d'elle Byron; requisitou uma guarda, e deu parte do acontecimento ao cardinal Legado.

Infelizmente o ferido, quando o transportaram para casa de lord Byron, estava a expirar, e apenas proferiu estas palavras: *O Dio! Gesu!*; e logo depois exhalou o derradeiro suspiro.

Um cirurgião que examinou, com lord Byron, o cadaver, encontrou cinco feridas, resultantes de um tiro de espingarda, carregada com pedaços de chumbo; sendo uma das feridas no coração, duas no estomago, uma em um dedo, e outra em um braço.

Se lord Byron, obedecendo a um sentimento nobre e verdadeiramente humano, e pondo de parte as consequências que a sua intervenção podia trazer-lhe; se lord Byron, digo, não houvesse desenvolvido a generosa coragem de tomar uma resolução, ficaria o corpo do maldado general no meio da praça, até que a manhã viesse allumiar aquelle tristissimo espectáculo! Tal era o terror que pairava sobre Ravenna, tal era o erro de que os habitantes estavam possuidos por aquelle tempo.

A este lamentavel successo allude lord Byron no canto v do seu *Don Juan*.

Depois de apontar, a largos traços, o que mais por extenso temos referido, colloca-se o poeta em frente do cadaver, e assim se exprime (reproduzimos o pensamento, mas não a energia intraduzivel do original):

«Puz-me a olhar para elle, porque o conhecia bem. Tenho visto muitos cadaveres, mas nenhum me pareceu tão sereno como aquelle depois de um accidente de tal natureza. Com quanto lhe houvessem atravessado o estomago, o coração e o figado, dava mais ares de estar dormindo que de estar morto. Como o sangue se derramára no interior, nenhum indício repugnante revelava o motivo por que aquelle homem estava sem vida... e por isso, ao contemplal o, pensava eu ou dizia:

«Estou acaso vendo a morte? O que é a morte? O que é a vida?... Responde-me!... E elle... conservava-se silencioso. Acorda!... E elle... continuava a dormir. Ainda hontem... ninguem tinha mais energia do que este homem; mil guerreiros acatavam até as suas menores palavras. Dizia, como o centurião, vae! e immediatamente marchavam. Vinde! e incontinente se achegavam a elle! A trombeta estava muda até que elle fallasse, e hoje... só lhe ficou um tambor coberto de lucto!

«Ao lado das suas novas feridas estavam as cicatrizes das antigas, cicatrizes que eram a sua gloria. Este contraste despedaçava a alma! Mas mudemos de assumpto; em demasia, talvez, occupam a miua attenção espectaculos taes. Eu contemplava este com o mesmo intento com que havia já contemplado outros eguaes, isto é, com o designio de perscrutar na morte alguma coisa que podesse confirmar, abalar, ou crear uma crença.

«Mas era sempre um mysterio impenetravel! Estamos aqui! vamos! aonde? Cinco pedaços de chumbo, ou tres, ou dois, ou um só, levam-nos bem longe!... Será caso que o nosso sangue corra nas veias sómente para ser derramado? Cada um dos elementos pôde destruir os nossos elementos; o ar, a terra, a agua, o fogo, nunca morrem, e nós... morremos, nós, que temos uma alma capaz de comprehender todas as coisas! Basta. Voltemos á nossa historia.»

Ha, sem dúvida, n'esta passagem do famoso poema de lord Byron uma vigorosa e talvez sublime energia de pensamento; mas, para socego do homem, valem muito mais as crenças religiosas, quando nos abalancamos a querer resolver o difficil problema do nosso destino.

Logo depois da serenidade que a religião proporciona, valem muito mais do que os temerarios arrojados de lord Byron as conclusões a que chegou a sabedoria antiga.

Serão sempre lidas com satisfação e proveito estas eloquentes expressões de Cicero:

«Por um sentimento que não posso definir, a minha alma, desferindo o vôo para a posteridade, parece que não vê na morte senão o começo da vida. Se immortaes não fossem as nossas almas, por certo que as mais bellas e as mais elevadas não tenderiam, como tendem, para a immortalidade!»

Em nossos dias a razão humana, muito mais allumiada do que a dos philosophos antigos, apresenta-nos este pensamento nobre e consolador:

«Deus vive no tempo, na creação, na historia, no homem. O que em nós é divino não pôde perecer; só a nossa individualidade, isto é, a forma passageira, tem que desaparecer. Quebrar-se-ha o vaso, mas o perfume que elle encerra ha de conservár-se em toda a sua intensidade.» (*A. Laugel*).

Embalando-nos n'esta suave crença, conseguiremos recobrar tranquillidade, encetar sem temor a morte, e, em quanto vivemos, fortificar o desejo de melhor conhecer e desempenhar o dever moral.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.

A SOBRINHA DO SENHOR PRIOR

(CONTO POPULAR DE TRUEBA)

I

A¹ ex.^{ma} sr.^a D. Felisa del Barco

No principio do anno em que isto escrevo, recebi pela posta interna quatro folhas de papel com lindas margens. Uma d'ellas continha o teu doce nome, outra o meu nome, e uma estrophe cada uma das outras duas. Uma das estrophes dizia, pouco mais ou menos, o seguinte:

«Meu amiguinho: se queres que eu esteja satisfeita, conta-me um conto dos que alegam, e, ao mesmo tempo, instruem, mostrando as coisas do mundo.»

Como cavalheiro, posto não seja muito galanteador, devia acaso desagradar a uma dama tão formosa, tão discreta e tão boa como tu?

Vou contar-te um conto, que se não alegra as raparigas, quando menos diz-lhes: «oh! minhas meninas, cuidado! que essa passagem é a mais perigosa do caminho da vida!»

Sei que és modesta e boa; sei que a dor mais santa da donzella, a dor da orphandade, anuviou-te os formosos olhos e fez-te empallidecer as rosadas faces; sei que cingindo ainda a coroa das virgens, abrigas os graves pensamentos e conheces as santas inquietações das mães de famílias; mas como vou contar-te em alta voz este conto, não faltará entre as amigas que te rodeiam quem aproveite a lição que para ti, Felisa, é escusada.

Ouve, pois, como a donzella que caminha pelo mundo com a fronte demasiado levantada, se expõe a tropeçar e dar com ella no solo.

Maria do Carmo era uma rapariga muito linda. Seu pae era um pobre empregado com 300\$000 réis de ordenado; mas, apesar d'isso, Maria do Carmo, filha unica, fôra criada com tanto mimo como as filhas dos marquezes, porque seu pae e sua mãe a idolatravam.

— Minha filha, costumava dizer sua mãe no cumulo do orgulho e amor maternas, ha de casar-se com um príncipe.

Mas a pobre senhora falleceu antes de que sua filha tivesse o tratamento de alteza, e seu marido se foi

atrás d'ella pouco tempo depois, ficando a pobre Maria do Carmo orphã de pae e mãe na idade de doze annos.

O prior de Santa Cruz era tio da menina, e vendo o desamparo em que esta ficava, levou-a para casa e prodigalisou-lhe, se não o mimo que lhe prodigalisavam seus paes, o cuidado e o carinho que a sua desgraça e a sua formosura de alma e corpo requeriam.

A vaidade e a ambição de ser, se não princeza como a pobre de sua mãe prophetisára, quando menos muito mais que simplesmente sobrinha do prior, eram o unico defeito notavel de Maria do Carmo.

Uma formosa manhã do mez de junho estava almoçando com seu tio e a ama d'este, que era uma excellente mulher chamada D. Cyriaca.

O almoço chegava á sobremesa. E a sobremesa consistia em um prato de cerejas, das quaes ia tomar algumas o senhor prior, quando D. Cyriaca lh'o impediu, retirando precipitadamente o prato e exclamando:

— Espere um pouco, que vou ver quantas cerejas ha aqui.

— E para que?

— Deixe-me, senhor prior, que eu cá me entendo, respondeu a ama contando as cerejas.

— Aposto, disse o prior sorrindo-se, que n'essa operação anda a loteria.

— Ha cento e sessenta e cinco. Cinco vezes os annos de Christo. Se chegar a encontrar em alguma loteria o bilhete d'este numero, tirarei de certo a sorte grande.

— Mas, vossemecé, boa mulher, ainda ha de ser tão pateta!...

— Ora deixe-me, senhor, que eu bem sei o que faço. Vá-se rindo, que eu tambem hei de rir-me, quando me saia alguma sorte nos numeros que esta manhã me deu o tio dos passaros.

— D. Cyriaca, não seja tonta, metta na caixa economica o dinheiro que dispende com frioleiras, adivinhações e loterias, e verá como todos os annos lhe sae um bom premio.

— Não se cance, senhor prior; empenhei-me em enriquecer por meio da loteria, e hei de conseguir o meu intento.

— Não ha remedio senão deixal-a a vossemecé, ou matal-a, disse o prior, e retirou-se da casa de jantar.

— Creio que o tio tem razão, disse então Maria do Carmo a D. Cyriaca.

— Que sabes tu do mundo, minha tontinha? replicou a ama em voz baixa. Se chegar a averiguar uma coisa que me disseram esta manhã, póde o governo preparar ceiras de moedas de ouro para mim.

— E que é que vossemecé precisa de averiguar?

— Quantos degraus tem a escada da torre de Santa Cruz.

— E que resultará d'ahi?

— Que resultará? Fazer uma combinação, na qual de certo virei a ter, pelo menos, duas sortes.

— E quem lh'o disse?

— Uma cigana que sabe mais que Merlin.

— Porque não averigua ella o caso e se habilita para esses premios?

— Ora essa!... porque não consentirão que ella suba para contar os degraus.

— Perguntemos ao tio quantos ha, que elle deve sabel-o.

— Não me fio n'elle nem em ninguem, pois se se enganam em um degrau, adeus sorte. Nós mesmas vamos subir para os contar.

— Parece-me, sr.^a D. Cyriaca, que d'esta vez é que o tio vae zombar grandemente de nós...

— Não lhe diremos por que subimos ao alto da torre. Olha, Maria do Carmo, dize-lhe que desejas subir

á torre, para ver o que se descobre d'alli, porque essa curiosidade é mais propria das meninas que das velhas.

— Pois sim, sim... já vou dizer-lh'o.

O senhor prior voltou á casa de jantar.

— Meu tio, perguntou-lhe Maria do Carmo, subiu vossemecé alguma vez á torre de Santa Cruz?

— Muitas vezes.

— Sempre hão de ver-se muitas coisas e coisas muito lindas!

— Porque é o edificio mais alto de Madrid. Descobrem-se d'alli tres ou quatro provincias.

— Como ha de ser agradavel! Oh meu tio, vossemecé deixa-me subir lá com D. Cyriaca?

— Se D. Cyriaca se julga com pernas para te acompanhar, vae quando quizeres.

— Valha-me Deus, que singulares caprichos tem estas raparigas de hoje! fez que resmungava D. Cyriaca. Subirei contigo á torre, já que tens esse desejoso.

Uma hora depois, D. Cyriaca e Maria do Carmo emprehendiam a subida á torre de Santa Cruz, contando com muito cuidado os degraus que D. Cyriaca registava de vinte em vinte em um papel com um lapis.

Chegando á pequena sala dos sinos, aproximaram-se de um d'estes e assomaram a cabeça para olhar: porém ambas retrocederam espantadas do abysmo que se lhes offerecia aos olhos. Comtudo, depois de se terem avisinhado dos sinos tres ou quatro vezes, foram perdendo o medo e poderam em fim contemplar com tranquillidade o surprehendente espectáculo de que não gozaram ainda, por certo, mil das quatrocentas mil pessoas, que habitam a capital de Hespanha.

Na verdade, não se comprehende por que não seja a ascensão á torre de Santa Cruz uma das primeiras coisas que procure o viajante que chega a Madrid, com animo de ver todas as coisas notaveis que encerra esta capital.

— Santo nome de Jesus! exclama a innocente Maria do Carmo, dirigindo a vista para a immensa planicie, em cujo centro assenta Madrid. Parece que d'aqui se vê o mundo inteiro!

— Nem toda a Hespanha, menina, replicou D. Cyriaca, mostrando-se vaidosa de seus conhecimentos geographicos.

— E a rainha reina em toda essa terra?

— E em muitas mais.

— Quão feliz deve ser!

— Que farias tu para reinar em tantas terras?

— Eu...! lançar-me de cabeça d'esta torre abaixo.

(Continúa)

DEPOIS DO TRIUMPHO

Pagaram-se aos altares os votos que o perigo dictou á piedade: cobriram-se as sagradas paredes com estrangeiros brocados; e sobre as preciosas lampadas ondeavam com o vento os tafetás das vencidas bandeiras. Tirados da frente e do peito os capacetes e lorigas, deram logar ás galas com que se adornavam os vencedores; e nos domesticos repouso tornaram as lanças a recuperar mais descanso que o que tiveram na mina e na arvore. Festivos, o filho e o amante levaram á mãe e á esposa a ventura quasi não esperada de seus abraços. Um contava á dama no leito os militares perigos; outro, no jardim ou no campo, lhe referia seus combates, e com a espada (já feita bordão) pintava na areia as barracas e os esquadrões. Desterrou-se o assombro da mesma terra, e começou a herva a levantar o verde pescoço, que tinha perdido sua gala pisada de cavallos, carros e elephantes.